



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014 – 2018)

7.^a SESSÃO LEGISLATIVA

SUMÁRIO

	Págs.
Proposta de lei n.º 25/X/7.ª/2017 — Lei das Grandes Opções do Plano (GOP) para o Ano Económico de 2018.....	315

Proposta de lei n.º 25/X/7.ª/2017 — Lei das Grandes Opções do Plano para 2018**Nota Explicativa**

As Grandes Opções do Plano para 2018 inserem-se no processo de recuperação económica em curso e estruturam-se em medidas e acções orientadas para a implementação das directrizes do Governo, com vista ao alcance dos objectivos estratégicos definidos para o período 2015-2018 e, conseqüentemente, a redução da pobreza.

Constituem os eixos das Grandes Opções do Plano as definidas pelo Governo para a presente Legislatura, a saber:

1. Aposta no Crescimento Económico Gerador de Emprego.
2. Aposta na Coesão Social e na Credibilização Externa de São Tomé e Príncipe.

A elaboração das GOP 2018 tem por base as lições tiradas na implementação de diferentes medidas e acções no âmbito das GOP de 2017 e repousa-se na estabilidade macroeconómica e promoção do crescimento económico.

Para o presente exercício, os domínios prioritários de intervenção assentam-se fundamentalmente nas áreas de infra-estruturas, com destaque para as infra-estruturas de transportes; captação e distribuição de água às populações; melhoria na produção, transporte e distribuição de energia eléctrica às populações; reforço e melhoria da produção de culturas tanto de exportação como alimentares; acesso e melhoria da qualidade do sistema educativo a todos os níveis; bem como a melhoria dos cuidados de saúde.

Neste contexto, o Governo prossegue os seguintes objectivos:

- Diversificar a economia e alargar as oportunidades de criação de riqueza
- Reforçar a gestão das finanças públicas
- Investir na modernização das infra-estruturas económicas e sociais
- Assegurar uma melhor gestão do território e do meio ambiente
- Valorizar o capital humano e reforçar a boa governação
- Apoiar a Juventude, consolidar a família e proteger grupos vulneráveis
- Promover a cultura nacional e o desporto e a inclusão da diáspora
- Reforçar o poder local e criar pólos de desenvolvimento
- Reforçar as relações externas e de cooperação e preservar a soberania nacional

Para a concretização destes objectivos, o Governo, no quadro destas Grandes Opções do Plano, por um lado, adoptará medidas que visam contribuir para o aperfeiçoamento do processo de mobilização e de gestão das ajudas públicas ao desenvolvimento, e por outro lado, encetará *démarches* no sentido de dinamizar a diplomacia económica, incrementando a cooperação sobretudo **Sul-Sul** e **Triangular**, visto esta constituir a via mais eficaz para a diversificação das fontes de financiamento do Orçamento Geral do Estado.

Preâmbulo

A presente Lei aprova as Grandes Opções do Plano para 2018, que estão em articulação com o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2018, o Programa do XVI Governo Constitucional, a Agenda de Transformação 2030, e demais documentos de política económica e social do Estado, visando reduzir os desequilíbrios macroeconómicos, promover o crescimento económico, gerar emprego, criar riqueza com vista a combater a pobreza que assola uma franja significativa da população.

O XVI Governo Constitucional assume como prioritárias a resolução de três preocupações fundamentais, nomeadamente, o desemprego que afecta uma larga camada da população, o elevado custo de vida que atinge de forma dramática as populações mais vulneráveis e a desigualdade social que tende a acentuar.

Assim:

No uso das competências que lhes são atribuídas pela alínea b) do artigo 111.º da Constituição da República, o Governo submete à Assembleia Nacional, para aprovação, a seguinte Lei:

Artigo 1.º**Objecto**

A presente Lei aprova as Grandes Opções do Plano para o ano 2018, abreviadamente designado de GOP, em anexo ao presente diploma, que estabelece as prioridades de política económica e financeira e o programa anual que o Governo pretende implementar.

Artigo 2.º**Organização da Acção Governativa**

1. As Grandes Opções do Plano para 2018 inscrevem-se na estratégia de desenvolvimento económico e social, definida no quadro do Programa de Governação do XVI Governo Constitucional e alinham-se aos engagements assumidos pelo Estado são-tomense a nível internacional, estruturando em programas, medidas e ações orientadas para a implementação das directrizes e o alcance dos objectivos estratégicos definidos pelo Governo para o período 2015-2018.
2. Os domínios prioritários de intervenção, preconizadas nas GOP para 2018, assentam-se fundamentalmente nas áreas de Infra-estruturas de transportes, adução de água e energia eléctrica às populações, melhorias no acesso e na qualidade na prestação dos serviços de saúde, sobretudo os essenciais, consolidação dos ganhos obtidos na última década no domínio da educação, melhoria na produção agrícola e o combate a insegurança alimentar, promoção do do sector do turismo, apoio ao sector privado, sobretudo aos jovens empresários e com iniciativas empresariais, bem como na aceleração da reforma do sector da justiça.

Artigo 3.º**Grandes Opções do Plano**

Constituem os eixos das Grandes Opções do Plano as definidas pelo Governo para a presente Legislatura, a saber:

- a) Aposta no Crescimento Económico Gerador de Emprego;
- b) Aposta na Coesão Social e na Credibilização Externa de São Tomé e Príncipe.

Artigo 4.º**Medidas, Acções e Projectos Orçamentais**

Os programas, medidas, ações e projetos emanados das GOP são contemplados e compatibilizados no âmbito do Orçamento do Estado para 2018.

Artigo 5.º**Memorando de Políticas Económicas e Financeiras**

1. O Governo prossegue o cumprimento dos engagements assumidos no quadro do Memorando de Políticas Económicas e Financeiras acordado com o Fundo Monetário Internacional para o período 2015-2018 e em particular com as medidas de consolidação orçamental.
2. De igual forma, caso necessário, o Governo tomará medidas adicionais às que constam no memorando acima mencionado, com vista a salvaguardar os objectivos definidos.

Artigo 6.º**Entrada em vigor**

A presente Lei entra em vigor e produz efeitos legais a partir de 1 de Janeiro de 2018.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros, em São Tomé, em 26 de Outubro de 2017.

O Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, *Patrice Emery Trovoada*.

O Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, *Afonso da Graça Varela da Silva*.

O Ministro das Finanças, Comércio e Economia Azul, *Américo d'Oliveira dos Ramos*.

Grandes Opções do Plano para 2018]**Siglas e Abreviaturas**

APCI	Agência de Promoção do Comércio e Investimento
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
CE	Crédito à Economia
CEAC	Comunidade Económica dos Estados de África Central
CEMAC	Comunidade Económica e Monetária da África Central
CIAT	Centro de Investigação Agronómica e Tecnológica
CLG	Crédito Líquido ao Governo

CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CNNC	Comissão Nacional de Negociação Comercial
DAF	Direcção Administrativa e Financeira
DES	Direito Especial de Saque
DGRNE	Direcção Geral dos Recursos Naturais e Energia
EMAE	Empresa de Água e Electricidade
ENASA	Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea
EN3	Estrada Nacional n.º 3
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização de Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
GOP	Grandes Opções do Plano
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais.
HIV/SIDA	Vírus da Imunodeficiência Humana/ Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
ICAO	Organização da Aviação Civil Internacional
IEC	Informação, Educação e Comunicação
INAC	Instituto Nacional de Aviação Civil
IDA	Associação para o Desenvolvimento Internacional
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRC	Imposto Sobre Rendimento de Pessoas Coletivas
IRS	Imposto Sobre Rendimento de Pessoas Singulares
IVA	Imposto Sobre o Valor Acrescentado
LNEC	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
MADR	Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural
M0	Circulação Monetária + Reserva
M1	M0 + Depósito à Ordem
M2	M1 + Depósitos à Prazo
M3	M2+ Depósitos em ME
ME	Moeda Estrangeira
MECCC	Ministro da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação
MJD	Ministério da Juventude e do Desporto
MPCMAP	Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares;
MNEC	Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades
MDAI	Ministro da Defesa e Administração Interna
MJAPDH	Ministra da Justiça Administração Pública e Direitos Humanos
MFCEA	Ministro das Finanças, Comércio e da Economia Azul
MIRNA	Ministro das Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente
MADR	Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MS	Ministra da Saúde
MN	Moeda Nacional
MVA	Mega Volte Amperes

NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico
OGE	Orçamento Geral de Estado
ONU	Organização das Nações Unidas
ONG	Organização Não Governamental
PCG	Primeiro-ministro e Chefe do Governo;
PIC	Polícia de Investigação Criminal
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Investimento Público
RAP	Região Autónoma de Príncipe
RIB	Reservas Internacionais Brutas
RIL	Reservas Internacionais Líquidas
RMC	Reserva Mínima de Caixa
SAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SNP	Sistema Nacional de Planeamento
SNS	Sistema Nacional de Saúde
STP	São Tomé e Príncipe
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TOFE	Tabela de Operações Financeiras do Estado
UA	União Africana
UE	União Europeia
UCA	Unidade de Coordenação das Ajudas
VOR-DME	VHF Omnidirectional Range (VOR) and Distance Measuring Equipment (DME)
WEO	World Economic Outlook
ZE	Zona Euro
ZEE	Zona Económica Exclusiva

I. Introdução

As Grandes Opções fornecem o quadro de referência para a execução do Orçamento Geral do Estado. Através da definição de prioridades e articulação com o Programa de Investimentos Públicos, estas criam as condições para uma melhor afectação dos recursos no ano económico que se refere.

Definidas numa óptica de continuidade, a sequência das anteriores, estas GOP concorrem para alcance do objetivo global de médio prazo que é um crescimento acelerado, redutor da pobreza e protetor do meio ambiente.

Tendo em vista a concretização deste propósito, nestas GOP as prioridades estão alinhadas com os objetivos de médio prazo estabelecidos nos instrumentos de política de médio e longo prazo sendo: **i)** Melhorar a exploração do potencial de desenvolvimento do país e reforçar a sua integração na economia global, para alcançar um crescimento económico acelerado e sustentável, gerador de emprego e redutor da pobreza; **ii)** Acelerar e aprofundar várias reformas para melhorar significativamente o índice de desenvolvimento humano dos são-tomenses e fazer progressos substanciais para a consecução do ODS até 2030, **iii)** Melhorar a capacidade de gestão estratégica de desenvolvimento nacional, fortalecer boa governação e a democracia, **iv)** Desenvolver a infra-estrutura de redes de energia, transportes, água e saneamento, e promover o desenvolvimento das telecomunicações e das TIC, com a perspectiva de reduzir os custos dos fatores de produção, melhorar as condições de vida da população e explorar as oportunidades oferecidas pela parceria público-privada, **v)** Melhorar a gestão da terra e a preservação do ambiente.

Estas Grandes Opções do Plano resultam da consolidação das opções de política sectoriais elaborada segundo as diretrizes da Direção Nacional de Planeamento.

A presente Grandes Opções de Plano, para além da introdução, faz uma análise da situação macro económica internacional e nacional para 2018, um balanço da implementação das GOP anterior, e por fim apresenta as Grandes Opções do Plano para o próximo exercício económico, organizados em programas, projetos, as ações prioritárias a serem implementadas ao longo do ano 2018.

II. Quadro macroeconómico para 2018

a) Economia Mundial

Segundo o *Relatório de Perspetivas da Economia Mundial*, publicado em Julho do corrente ano, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a taxa de crescimento mundial projetado para 2017 foi 3,5% e 3,6% em 2018, superiores ao valor verificado em 2016 (3,2%), essas projeções do crescimento estão abaixo das médias anteriores à crise¹, especialmente para a maioria das economias avançadas e para as economias emergentes e em desenvolvimento exportadoras de *commodities*.

A inflação global subjacente manteve-se amplamente estável em 2016 e também em grande parte nas economias emergentes.

Nas **Economias Avançadas** verificou-se um fraco crescimento em 2016 (1,7%) e espera-se um crescimento económico de 2% em 2017 e uma queda de 0,1pp em 2018.

Nos **Estados Unidos** a estimativa de crescimento foi de 1,6% em 2016 e a previsão para 2017 e 2018 será de 2,1%, onde a política fiscal será menos expansiva do que anteriormente assumida, dada a incerteza sobre o tempo e a natureza das mudanças na política fiscal dos EUA.

Para o **Reino Unido**, verificou-se um crescimento de 1,8% em 2016 e em 2017 (1,7%), espera-se um arrefecimento da atividade económica mais fraca do que o esperado. Para 2018 a previsão é de um crescimento de 1,5%.

Na **Zona Euro** a actividade económica registou um crescimento de 1,8% em 2016 após o Brexit² e para o ano 2017 e 2018 prevê-se um crescimento de 1,9% e 1,7%, respectivamente.

Economias Emergentes e em Desenvolvimento. Após um crescimento de 4,3%, em 2016 espera-se que as economias emergentes e em desenvolvimento verifiquem uma recuperação sustentada da atividade, com o crescimento de 4,6% em 2017 e 4,8% em 2018.

Na **China** espera-se que o crescimento permaneça em 6,7% em 2017, o mesmo nível que em 2016, e em 2018 prevê-se um declínio modesto (6,4%).

O impulso de crescimento na **África Subsaariana** permanece frágil, marcando uma ruptura com a rápida expansão verificada desde de o ano 2000. O ano 2016 foi um ano difícil para muitos países do Sul de Saara, com o crescimento regional a atingir 1,3 %, o mais baixo crescimento em mais de duas décadas, contudo, espera-se uma recuperação moderada em 2017 (2,7%) e 2018 (3,5%).

b) Economia Nacional

O desempenho macroeconómico de São Tomé e Príncipe em 2016 foi afectado pelo atraso no desembolso dos financiamentos externos com impacto negativo na execução de projectos de investimento público, bem como, no nível do crescimento do crédito à economia.

Desta feita, a economia são-tomense registou em 2016 um crescimento de 4%, e perspectiva-se que o crescimento real possa vir a ser superior em 2017 (5%), em resultado da melhoria do comportamento da economia global e do impacto que possa ter no aumento das exportações, seja do cacau como do fluxo turístico, nos investimentos públicos e privados, bem como, a recente retoma das relações com a República Popular da China. Prevê-se um crescimento anual de 5,5% em 2018 e 2019 respetivamente.

Inflação

A taxa de inflação tem vindo a observar uma evolução positiva nos últimos 5 anos (10,4% em 2012 - 5,1% em 2016). Esta evolução reflecte o impacto do Acordo de Paridade Cambial entre a Dobra e o Euro em vigor desde Janeiro de 2010, acompanhado de uma política prudente de Gestão Orçamental e Monetária. A taxa de inflação até Setembro 2017 cifrou em 5,4%, valor superior ao observado no final de 2016 (5,12%), e espera-se uma taxa de inferior em 2018.

Finanças públicas.

O desempenho das **finanças públicas** tem sido marcado pela estabilidade do défice primário doméstico à volta dos 3% do PIB no ano 2016. Os esforços estão sendo consentidos para que este indicador baixe para 1,8% do PIB em 2017, esta tendência de estabilização deverá continuar em 2018, à volta dos 1,8% do PIB, visto que o Governo está empenhado em prosseguir com as medidas de consolidação orçamental. O seu alcance estará assente essencialmente num aumento de arrecadação de receitas em torno dos 16,4% do PIB, mais 1,8 pp do PIB do que o registado em 2016 e um maior controlo e contenção de despesas discricionárias.

¹ Queda do preço de petróleo ocorrido em 2016

² O plano do Governo Britânico para a saída do Reino Unido da União Europeia (UE)

Comércio externo.

Os dados da **balança comercial** disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), no primeiro semestre de 2017, indicam um aumento das exportações em 16,5% face ao mesmo período homólogo de 2016, influenciado pelo aumento produção e exportação de cacau e pelo aumento do fluxo turístico, acompanhado com a valorização do preço do cacau no mercado internacional. De igual modo, as importações também aumentaram 15,9% no primeiro semestre de 2017, em relação ao mesmo período homólogo de 2016. Quanto ao valor da taxa de cobertura de exportação pela importação, no primeiro semestre de 2017, esta atingiu 5,4%.

Com o aumento das exportações e importações no primeiro semestre de 2017, o défice da balança comercial ascendeu-se aos 1.575,3 mil milhões de dobras, contra 1.359,1 mil milhões de dobras, do mesmo período homólogo de 2016, representando assim uma variação em torno de 15,9%. Até o final do ano 2017 e nos anos seguintes, prevê-se uma melhoria significativa do défice da balança comercial, devido principalmente ao aumento das exportações e diminuição das importações de bens alimentares.

Sector monetário e financeiro

Analisando o comportamento da **Massa Monetária** até Junho de 2017, verificou-se uma taxa de variação negativa (4%), o que representou uma contração da liquidez na economia na ordem de 11%, esta contração deveu-se a queda do ativo externo líquido.

Até junho de 2017 a **Reserva Internacional Líquida (RIL)** apresentou um saldo de **55,98** milhões de dólares contra **54,13** milhões verificados no período homólogo, representando um crescimento de 1,85 milhões de dólares, e esse saldo da RIL representa uns 3,5 meses de importações.

O stock da dívida pública até finais do primeiro semestre de 2017 atingiu um total de **284,5 milhões de dólares**, dos quais 14,63% correspondem a dívida dos credores multilaterais, 78,58% dos bilaterais e 6,76% são dívidas interna.

III. Principais Acções Implementadas em 2017

Tendo em conta os eixos do Programa do Governo, este capítulo apresenta o ponto de situação das principais acções realizadas nos diferentes domínios da acção governativa para implementação das medidas indicadas nas GOP 2017.

Relativamente ao Eixo I (Aposta no crescimento económico gerador do emprego), que visa criar condições para valorizar o potencial dos sectores tradicionais da economia são-tomense e promover o desenvolvimento de novos sectores, realça-se realizações nos seguintes domínios:

a) Pescas

Como forma de fortalecer a coordenação e a gestão do sector, foram elaborados um pacote legislativo a saber: Propostas de Lei sobre monitorização das embarcações de pesca via VMS; Decreto-lei sobre apanha; Decreto-lei sobre Revisão do Regulamento Geral das Pescas e Decreto-lei sobre a Pesca Desportiva.

No sector da Pesca Artesanal e Semi-industrial, foram construídos quatro centros de transformação de pescado nas comunidades de Porto Alegre, Angolares, Praia Melão e Neves, contribuindo assim, para melhorar as infra-estruturas comunitárias de processamento de peixes.

Concernente ao sector da pesca industrial, foram reforçados os mecanismos de controlo e fiscalização da actividade pesqueira na Zona Económica Exclusiva, através do reforço da legislação e da coordenação entre os sectores envolvidos neste processo. É de referir também que foram emitidas 22 licenças aos navios da União Europeia e uma dezena de navios de outras origens.

Quanto às estatísticas das pescas, foi elaborado o Boletim estatístico do ano corrente e actualizados os dados dos recursos pesqueiros.

O serviço de Inspecção Sanitária e Laboratório procedeu à campanha de sensibilização sobre boas práticas de higiene, conservação e transformação do pescado nas comunidades piscatórias e nos mercados de peixe. Foi também reforçada a capacidade técnica dos inspectores, técnicos de laboratórios e médicos veterinários.

b) Turismo

As acções realizadas durante o período foram prioritariamente orientadas para o reforço da capacidade institucional do sector, com a elaboração do novo Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo e a actualização do quadro legislativo do sector (Decreto 14/2016 de 30 de Dezembro que altera o Decreto 27/2007, que cria o Fundo de Turismo e o Decreto 14/2017 que revoga o Decreto 17/2014 que cria a Taxa de Turismo).

A oferta dos produtos e serviços turísticos beneficiou também das intervenções em curso para a requalificação dos sítios de interesse turísticos (Anambó, Marco de Equador e Boca de Inferno) e da formação dos guias turísticos e requalificação das praias. A promoção do destino no exterior foi feita através da produção de materiais promocionais; participação nas feiras e exposições especializadas (Bolsa Turismo

Lisboa, ITB); campanha de publicidade nas redes sociais: realização do *Fam e Press Trip* para com o mercado alemão e realização de seminários em várias cidades Alemãs.

c) Agricultura

Neste sector, com financiamento do BAD, AFD e FAO, prosseguiu-se com as ações de incentivo à produção e promoção da segurança alimentar com impacto na redução da pobreza rural, tendo beneficiado mais de 16.072 pessoas, correspondente a mais de 4.018 famílias rurais.

Os dados de produção referente ao primeiro semestre, ilustram o seguinte:

- Cooperativa de produtores e exportadores de cacau biológico da zona do Sul (CECAQ11) -55T cacau seco;
- Cooperativa de Exportação de Cacau Biológico (CECAB) - 263,5T cacau seco;
- Cooperativa de Produtores e exportadores de Pimenta e Baunilha (CEPIBA) - 3,5 Toneladas de pimenta seca;
- Cooperativa de Exportação do Café Biológico CECAFEB – 27 toneladas café arábica em cerejas.

Como forma de incentivar o aumento de produção desses produtos e aumentar o rendimento dessas famílias, foram desenvolvidas acções, a saber:

CECAQ11- produção 25.000 plantas enxertadas, 21.000 viveiros clonais, poda de 121,4 ha de cacauzeiro, sulfatado 850 ha de cacauzeiro, produzida 15 Ton de composto orgânico, construída 12 secadores solares, realizadas 5 sessões de formação contínua aos produtores (poda, enxertia, sulfatação, plantação) e 3 aos sociotécnicos (sulfatação, poda e enxertia);

- CECAB foram realizados poda de cacauzal em 330 hectares, 230 clones, 28.141 enxertia e 30. 805 porta enxerto;
- CEPIBA – foram preparados 3,99 ha de terrenos, adquiridos 7009 plantas e 3519 tutores para novos produtores;
- CECAFEB - Foram plantados cerca de 17.250 cafezeiros através de brigadas de piquetagem, abertos 6. 696 buracos na região de Colonia e plantadas 2.646 cafezeiros na região de Poiso Alto, distribuídos 10 carradas de composto orgânico produzido em Novo Destino, formado 100 agricultores no domínio da colheita de café de qualidade, formado 60 pessoas no domínio de tratamento de café nas comunidades.

Relativamente à pecuária, realizou-se sessões de capacitação destinada aos quadros técnicos, tendo sido capacitado 26 técnicos e agentes em matéria de patologia e cirurgia animal. Como forma de aumentar o número de caprino para a produção de carne, importou-se 110 caprinos. Para o abastecimento do mercado, foram abatidos 10.611 suínos, 67 ovinos e 54 caprinos; e para a preservação, foram produzidos 2.500 pintos; 500 suínos e assistidos 100 bovinos, 800 pequenos ruminantes e 2000 aves.

Quanto ao desenvolvimento de Suinicultura, 60 criadores e técnicos foram capacitados em manejo e criação de suínos. Esta formação permitiu que cerca de 300 leitões fossem produzidos pelas Associações Cooperativas e criadores individuais, e abatidos e vendidos 216 suínos e nascidos 502 leitões em 48 partos.

De referir ainda, que no âmbito de incentivo ao aumento da produção e melhoria da comercialização dos produtos agrícolas, foram realizadas feiras agrícolas no Mercado de Penha, na localidade de Boa Morte, no Jardim Primeiro de Maio, e em alguns distritos do país.

No quadro do projecto de melhoramento e conservação dos solos do Distrito de Mé-Zóchi, finalizou-se a construção de terraços em Bom Sucesso e Saudade, fez-se acompanhamento técnico da cultura de milho instalada nos terraços e formou-se 3 agricultores e 5 técnicos.

No Sector das Florestas e Biodiversidade, as actividades concentraram-se na instalação/reabilitação de viveiros florestais em diferentes regiões do País, bem como vistorias de supervisão dos processos de abate, serragem e transporte de madeira. Neste sentido, foram instalados em diferentes comunidades pelo menos 4 centros de viveiros florestais; produzidas 4.456 mudas e distribuídas 3300; enriquecidos 40 hectares de palmar, 10 hectares de floresta de sombra/cacauzal. De igual modo, foram realizadas 204 vistorias, emitido 346 autorizações, autorização de abate de 1.200 árvores, serragem e transporte de 2.600 m³ de madeira. Também foi realizado campanha de registo de motosserras, onde culminou com registo de 20 motosserras e apreensão de 12 Motosserras.

Importa referir que foi revisto e regulamentado o documento da Lei 5/2001 (Multas, Corpo de Guarda Florestal e casos omissos).

d) Finanças públicas

Estão em curso as reformas com o objectivo de melhorar e otimizar os serviços. Assim sendo, deu-se continuidade ao processo de criação de Gabinete da Reforma e Modernização das Finanças Públicas (GRFP); criou-se Estatuto Orgânico do GARFIP publicado no *Diário da República* e divulgado no *Site* do Ministério das Finanças. Neste sentido, foi criado um Comité de seguimento das reformas, através de um Decreto e submetido ao Conselho de Ministros para aprovação.

Por outro lado, foi criada, aprovada e publicada a Lei de Base do Sistema Nacional do Planeamento e o Estatuto Orgânico da Direcção Nacional de Planeamento. Como forma de consolidar os serviços de planeamento, criou-se os Órgãos de planeamentos sectoriais.

De forma a melhorar os serviços dos impostos e melhorar a arrecadação de receitas, várias acções foram desenvolvidas no sentido de Reforçar a capacidade Institucional, concretamente com a aplicação dos diplomas legislativos, mormente a implementação do Código do Processo e Procedimento Tributário, atribuindo a direcção dos Impostos competências na cobrança coerciva, como forma de maior celeridade e eficácia na cobrança das dívidas fiscais; elaboração do Manual de auditoria fiscal; alteração do Código de impostos sobre consumo de prestação de serviços; alteração das taxas do imposto sobre o consumo de produção local; actualização do valor de selos de reconhecimento de assinatura; alteração do imposto sobre veículo; novo imposto sobre bebidas espirituosas e tabacos e actualização do valor de licença de bebidas espirituosas; criação de diploma que obriga os serviços de Estado que emitem licenças a solicitar aos utentes o cumprimento da obrigação fiscal; criação do regime jurídico das facturas e documentos equivalentes; alteração do código de IRS (imposto sobre o rendimento de pessoa singular); criação do regime transitório de perdão fiscal, a legislação do (imposto sobre o valor acrescentado) IVA elaborada e aprovada.

Quanto à medida de promoção e alargamento da base tributária e das receitas fiscais, procedeu-se ao inquérito e a reavaliação de contribuição predial urbana (CPU), inquéritos de contribuição mínima de tributação (CMT) e introdução dos dados dos inquéritos elaborados.

e) **Infra-estruturas** **Energia**

Neste domínio, deu-se continuidade à melhoria de qualidade energia em diversas localidades do País, através da expansão da rede de transporte até Lembá e Caué. Procedeu-se à manutenção dos geradores 1,2 e 5 da Central de Santo Amaro e requalificação da rede de média e baixa tensão em cabo troçado em 16 zonas. Foi continuado os serviços de renovação de linha de transporte com alteração do posto de transformação de 6 KV para 30 KV (posto de transformação do Victor Frutuoso – Distrito de Água Grande), primeira fase.

Alguns projetos de energias renováveis estão em curso, designadamente: Projeto de requalificação da Central hidroelétrica do Contador e Projeto “ Promoção de Mini/pequenas Centrais Hidro-elétricas.

Aeroportuária

Neste domínio, foram efetuadas ações com vista à melhoria das operações aeroportuárias e de segurança para evitar que o País entre na lista negra. Neste quadro, realizaram-se formações no estrangeiro em língua inglesa e promovidos cursos técnicos de aviação civil, controladores aéreos e segurança, e reforçadas as medidas de segurança no perímetro do aeroporto.

Portuária

Com o objetivo de melhorar área de operações portuárias, estão em curso os trabalhos de expansão requalificação do parque dos contentores do porto de Ana Chaves, com o financiamento da União Europeia, no quadro do XI Fundo Europeu para o Desenvolvimento.

Rodoviárias

Relativamente às Infra-estruturas rodoviárias, esforços envidados traduziram-se na reabilitação de 14,760 Km de estradas em mistura betuminosa a quente, conclusão de 0,6 Km de estradas em terra batida entre Micoló a Fernão Dias, 0,325 Km em calçada nas comunidades agrícolas, e manutenção corrente de 825,93 Km de estradas em todo o país, asseguradas pela brigada de manutenção (Gimes).

Água

Considerando a importância desse precioso líquido, no domínio da saúde, irrigação, saneamento básico e segurança alimentar, priorizou-se a melhoria do acesso e da qualidade de água e alteração do paradigma de distribuição da água, tendo em atenção também o meio rural.

Encontra-se em curso diversas ações, nomeadamente o reforço, reabilitação, construção e melhoria da qualidade de água do sistema de abastecimento de Canga, Cruzeiro, Obolongo, Pau Sabão, através do “Rio Manuel Jorge” (Construção de captação - adução - ETA – Reservatórios - Distribuição e ligação domiciliar), Distrito de Mé-Zóchi e Água Grande.

Por outro lado, foram desenvolvidas diversas ações como a reabilitação e extensão do sistema de água potável à cidade de Neves, Distrito de Lembá; Construção/reabilitação e extensão do sistema de abastecimento de água de Ribeira Afonso, Distrito de Cantagalo;

Encontra-se na fase de preparação para o lançamento do concurso público, o projeto para a reabilitação e extensão do sistema de abastecimento de água a Vila de Santana e Água Izé, no Distrito de Cantagalo.

Foram realizados, também, trabalhos de manutenção, limpeza e saneamento de canais em várias localidades do País e intensificado o processo de recolha e análise de qualidade física e química de água.

Meio Ambiente

No âmbito do projeto de proteção de zonas costeiras, foram construídas infra-estruturas para o reforço da capacidade de adaptação das comunidades costeiras e ribeirinhas aos fenómenos extremos relacionados com as mudanças climáticas, nomeadamente, valas de drenagem de águas pluviais e fluviais nas comunidades de Malanza no Distrito de Caué, Ribeira Afonso em Cantagalo, Santa Catarina em Lembá e Praia Burra na Região Autónoma do Príncipe; diques nos Rios que atravessam as comunidades acima referidas, de modo a evitar o desvio de águas e inundações. Ainda no domínio do ambiente, foram recolhidos e acondicionados para a reexportação todos os produtos químicos obsoletos armazenados na comunidade de Monte Café e no Morro Carregado.

Relativamente ao eixo II, Aposta na Coesão Social e na Credibilização Externa de São Tomé e Príncipe, como factor determinante para o crescimento económico e para a redução da pobreza, diversas acções foram desenvolvidas nos diferentes domínios desse eixo, como se segue:

f) Educação

O Governo aspira uma educação de qualidade para todos, como veículo de valorização do capital humano e da melhoria da participação no processo de desenvolvimento. Neste sentido, as ações desenvolvidas para melhoria de acesso e equidade produziram os seguintes resultados:

A nível do Ensino Básico (EB) regista-se a conclusão da obra da escola Básica de Diogo Simão e a continuação das obras de construção da escola Básica de S. Marcos.

No domínio de Ensino Pré-escolar foram construídos *dois Jardins de Infância*, sendo 1 na comunidade de Milagrosa e 1 na comunidade de Bernardo Faro. No Distrito de Mé-Zóchi, na comunidade de Java foi concluído 6 salas de actividades, 2 cozinhas e 2 casas de banho e no Distrito de Cantagalo na Vila de Ribeira Afonso foi construído 5 salas de actividades, 2 cozinhas e 2 instalações sanitárias. Em Java procedeu-se à adaptação de um apartamento para receber crianças com idade da Pré-escolar.

A nível do Ensino Secundário, foi ampliada as escolas de S. Fenícia e da Trindade. Também foram adquiridas e reabilitadas mesas, cadeiras, armários, carteiras, e secretarias para melhorar o apetrechamento das infraestruturas escolares construídas em todos os níveis de ensino (Pré-escolar, Básico e Secundário).

No domínio de reforço institucional para melhoria da qualidade do ensino, está em curso a aprovação da última versão de Lei-Quadro da Pré-escolar, e a criação de um documento orientador que definirá os Padrões Mínimos de Qualidade das escolas em São Tomé Príncipe, assim como a avaliação das escolas, Avaliação das Competências dos professores do Ensino Secundário, e a Lei de Bases do Sistema Educativo.

Regista-se ainda a formação de 10 supervisores da Escola Básica, Escola Secundária e de Escola de Jovens e Adultos, 10 inspectores, 30 directores de escolas, 30 técnicos das diferentes direcções centrais em diversas áreas. Igualmente, formou-se 50 técnicos do Ministério da Educação na área de Planeamento Organizacional, e 30 técnicos no programa de SPSS. No âmbito das TIC, proporcionou-se a formação sobre o SIGE a 49 técnicos de 26 escolas Básicas e secundárias.

Relativamente à alimentação escolar, dinamizada pelo PNASE, foram adquiridos utensílios para cantinas escolares de 47 estabelecimentos escolares dos Distritos de Caué e Mé-Zóchi. Realizou-se a recapacitação de 19 técnicos de 6 polos distritais de São Tomé.

Concernente à *alfabetização de jovens e adultos*, realizou-se no ano letivo 2016/2017 três ações de capacitação aos alfabetizadores de todos os distritos e RAP, tendo frequentado um de total 2.962 jovens. Também foram criadas novos polos de alfabetização em diversas comunidades e inseridas aulas de recuperação para 70 alunos que não tiveram aproveitamento no ano letivo 2016/17, aulas de recuperação e exame especial da 4.^a classe.

A *nível do Ensino especial*, visando garantir a inclusão de crianças com necessidades especiais e contribuir para universalidade do ensino, foram contempladas as escolas de Atanásio Gomes e Escola da Trindade com 2 novas salas de aula para atender as referidas crianças; referenciou-se e sinalizou-se 6 áreas de necessidades educativas especiais existentes no país, para um programa de formação de professores e educadores no domínio comportamental, autismo, surdez, cegueira, Síndrome de Down e espectro do Autismo. Estão em curso procedimentos para adaptação de seis escolas básicas, um jardim-de-infância e uma Escola Secundária para garantir a acessibilidade as crianças com NEE; apoio psico-pedagógico direto tem sido fornecido às estas crianças nas escolas de: S. João, Oque-Del-Rei, D. Maria de Jesus; elaborou-se e aplicou-se questionários a delegações distritais de educação para identificação e sinalização dessas crianças nas escolas de forma a perceber as necessidades em problemas visuais e motores e desta forma programar a avaliação das mesmas e proceder as adaptações necessárias para acessibilidade de crianças cadeirantes; e elaborou-se um plano de formação para docentes em função das áreas identificadas e com maior predominância.

Em termos melhoria do desempenho educativo, foi criado e regulamentado um gabinete de avaliação e acreditação educacional, capacitados 4 técnicos deste gabinete e 10 de outras direcções pedagógicas de forma a acompanhar todo processo de avaliação a decorrer no âmbito do Ensino Básico, Secundário, e ao

nível de docência. Concretizou-se a experiência piloto de diversificação da oferta pré-escolar e consolidou-se a implementação do currículo dos 5 anos ao nível nacional.

No que concerne ao *Ensino Técnico Profissional*, foi introduzida disciplina de empreendedorismo no 2.º ciclo do ensino secundário, e no ensino técnico profissional; formados 22 professores na área de empreendedorismo; criado também um plano de estudo para cursos profissionais em vários domínios.

Relativamente ao *Ensino Superior*, foram elaborados e aguardam a aprovação vários documentos normativos dentre os quais se destacam: Lei 4/2017; Proposta do decreto-lei que regula o acesso e ingresso ao ensino superior; Proposta de decreto-lei que regula as bolsas de estudo interna e externa.

Concernete à Valorização e preservação da identidade histórica – Cultural foi inventariado e digitalizado 25% do acervo de forma a colmatar o problema da degradação no Arquivo Histórico; Realizaram-se exposições simpósios (fotográfico-documentais, exposições virtuais) e palestras.

Relativamente a Comunicação Social, foi reforçada a capacidade institucional da Agência Noticiosa STP-Press (aquisição de equipamentos e formação de quadros), aprovado o decreto que cria a empresa pública da rádio e televisão, e estabelecido da parceria para transição da televisão analógico para digital.

g) Saúde

O acesso a saúde foi melhorado com a aquisição de 2 ambulâncias equipadas para o Serviço de Emergência Médica e concluídas obras de reabilitação nos Centros de Saúde de Mé-Zóchi; Angolares, Posto Sanitário Santo Amaro, Posto Comunitário de Monte Café, Santa Cecília, Desejada, Madalena, conclusão de Banco de Sangue de Caué e da Região Autónoma do Príncipe, e apetrechamento do Laboratório de Tuberculose, requalificação da Maternidade do Hospital Ayres de Menezes; requalificação de Centro de Saúde de Cantagalo em Agua Izé e reabilitação de casa para os doentes de Celulite pós-operatório.

Com vista à melhorar a qualidade dos serviços da saúde, foram recrutados novos quadros (Médicos, Enfermeiros, Técnicos de farmácia e laboratório) e reforçado o Stock de medicamentos, reagentes e consumíveis. Foram continuadas às ações de combate às doenças endémicas e não endémicas, através dos programas de luta contra o Paludismo, Tuberculose, o Programa de doenças não transmissíveis e o Programa de Saúde reprodutiva e realizou-se campanhas de sensibilização para mudança de comportamento. No âmbito do combate ao paludismo, realizou-se 2 campanhas de pulverização intradomiciliaria. No quadro de Programa de imunização infantil foram adquiridas vacinas para crianças de 0 a 5 anos.

No âmbito do Projecto Reforço do Sistema de Saúde (RSS) adquiriu-se 3 viaturas de Marca TOYOTA HILUX, 26 Motorizadas de marca YAMAHA TD 125 para apoiar nas actividades de vacinação, 45 tabletes para inquirimento para cobertura vacinal, uma impressora multi-usos, um Data show e uma máquina fotográfica para o Centro Nacional Endemias.

h) Juventude

A nível da juventude, priorizou-se as ações de sensibilização e ocupação de tempos livres com campanhas de sensibilização em saúde sexual e reprodutiva em várias comunidades e realizou-se diversas actividades recreativas.

É de realçar também que foram realizadas ações que concorreram para incentivar as boas práticas dos jovens criadores, através de realização de uma feira para jovens criadores do País.

De igual modo, foram desenvolvidas ações para massificar o desporto no País como forma de ocupação de tempos livres e de prevenção de doenças decorrentes da falta da prática do desporto.

i) Emprego e Assuntos Sociais

As ações desenvolvidas centraram-se no apoio à população em situação de risco e vulnerabilidade social, através de continuidade de vários programas de protecção social, designadamente mães carenciadas, subsídios não conhecidos, subsídio contínuo, prato quente diário, assim como ações de melhoria de condições de vida habitacional.

Em termos de formação profissional, foram ministrados cerca de 32 ações de formação em diferentes áreas com participação de mais de 400 beneficiados, sobretudo para áreas como: Gestão de pequenos negócios; Conservação e Transformação de Produtos local; Ação Educativa; Comunicação e Atendimento nas Organizações, com o objectivo de dar aos jovens oportunidades de se formarem, dando-lhes maior autonomia para desenvolvimento das suas capacidades.

A nível das questões laborais, a Direção de Trabalho tomou contato com 67 casos de conflitos laborais em diferentes áreas, culminando com 10 casos de pagamento de indemnização por parte de entidade patronal e 9 casos encaminhados para o Ministério Público e os outros seguiram a tramitação normal.

j) Justiça

Os esforços empreendidos visaram modernizar, credibilizar e proceder à melhoria de acessibilidade à justiça, a prevenção e combate à delinquência e a criminalidade. Assim sendo, foram desenvolvidas ações respeitantes ao desenvolvimento institucional, com realce para revisão de vários diplomas legais tendentes

a garantir maior segurança jurídica aos actos e factos jurídicos necessários para a segurança jurídica no âmbito dos Serviços dos Registos e Notariado; assinatura de protocolo de cooperação para implementação de uma Direção de Política da Justiça e Direcção da Administração da Justiça; ratificadas várias convenções sobre direitos humanos, combate e prevenção à criminalidade, informação e sensibilização sobre a promoção dos direitos humanos e da cidadania e proteção da criança; Criada a Comissão Nacional de Direitos Humanos para a elaboração do relatório anual; aprovada no Conselho de Ministros a extinção da atual PIC e a criação de uma nova Polícia Judiciária; aprovado por Decreto-lei 5/2017 as regras de autorização e instalação dos centros de arbitragem e foram formados árbitros para os centros de arbitragem para resolução de conflitos em matéria comercial, familiar menores e laboral. No que concerne à reforma do quadro legal, encontra-se em curso a reforma das leis de funcionamento, organização dos Tribunais e do Ministério Público, e dos Estatutos dos Magistrados e dos Funcionários Judiciais; elaborados e aprovadas a Revisão da Lei da família e a criação de Código de organização tutelar de menores; aprovadas as leis que regulam os actos e registos comerciais e notarial e aprovado o Código das Custas Processuais.

Relativamente ao acesso à justiça, foram desenvolvidas as seguintes acções: Assistência Judiciária; revisão das Custas Processuais para permitir que mais desfavorecidos a nível financeiro estejam isentos do pagamento de custas; utilização de meios informáticos para publicitar as leis e garantir a publicação oportuna dos diplomas legais, obtendo desse modo uma justiça célere e acessível a todos os cidadãos.

No que concerne à prevenção e combate à delinquência e à criminalidade, foi aprovada a lei-quadro da política criminal e a lei da investigação criminal e está em curso a revisão do código penal, código do processo penal e a lei da violência doméstica.

k) Política Externa e Cooperação

No âmbito da diplomacia externa, foram realizadas atividades de forma a reforçar a presença de São Tomé e Príncipe nas instâncias internacionais, continentais e regionais tais como: Participação na Cimeira Franco – África de BAMAKO de Parceria sobre a paz e desenvolvimento sobre o papel primordial da arquitetura africana no quadro da prevenção, gestão e regulamento dos conflitos em África; O papel prioritário das Nações Unidas e da União Europeia na promoção da Paz e da Segurança em África bem como das ações desencadeadas pelo G5 Sahel e pela Força Multinacional Mista de luta contra o Boko Haran; Participação na XXIXª Cimeira da União Africana cujo objetivo fundamental foi o de representar o Estado no Conselho Executivo e Conferência (CRP) sobre as questões do continente entre outras.

É de salientar também, que se acreditou 21 novos Embaixadores e com retorno da diplomacia chinesa por parte de São Tomé e Príncipe que poderá ser determinante para realização dos projetos considerados estruturantes para o País, pelo que no âmbito da cooperação com a República Popular da China, vários acordos foram assinados, designadamente: Acordo Quadro de Cooperação Abrangente; Acordo de Cooperação Económica e Técnica; Acordo de Assistência Alimentar Urgente; Acordo para Estudo de Viabilidade do Projeto de Reabilitação do Aeroporto de São Tomé; Acordo para a implementação de 3 projetos de Assistência Técnica, nos setores de Agricultura e Pecuária, Energia e Prevenção e Cura da malária; Acordo sobre a Cooperação entre a APCI e o Conselho da China para a Promoção do Comércio Internacional; Acordo de Isenção de Vistos; Protocolo sobre o perdão da dívida; Memorando de Entendimento sobre a Cooperação no Desenvolvimento de Recursos Humanos e Memorando para a facilitação de viagens de turistas chineses em grupo.

Foram feitas também a abertura de missão diplomática em Cabo Verde, Etiópia, Brasil com o intuito de desempenhar um papel importante no desenvolvimento do país.

Foi assinado com Governo holandês protocolo de financiamento para requalificação da Marginal 12 de Julho.

IV. Grandes Opções do Plano para 2018

As Grandes Opções de Plano para 2018 estão organizadas por programas e medidas em função dos eixos e capítulos do Programa do Governo.

a) Eixo I - Aposta no crescimento económico gerador de emprego

O crescimento económico é a condição fundamental para a criação sustentada do emprego e rendimento com vista à redução da pobreza que ainda afecta 66,2% da população santomense.

Neste contexto, o Governo Constitucional agirá no sentido de revitalizar o sector primário e de serviços da economia, considerados como as principais fontes de crescimento e criação de emprego.

Economia azul

Os oceanos, mares e rios têm sido reconhecidos como uma fonte considerável de riqueza, pela sua capacidade de gerar rendimento e emprego, através da produção de bens e serviços, além de proporcionarem oportunidades de cooperação internacional que criam sinergias que favorecem o crescimento e o desenvolvimento.

Sendo um país insular e arquipelágico, São Tomé e Príncipe não pode continuar alheio as questões do mar, se pretende tirar partido do vasto potencial económico do seu espaço marítimo

Por isso, o Governo entende concentrar os seus esforços nos sectores ligados à **economia azul**, nomeadamente as pescas, enquanto o principal fornecedor de proteína animal às populações e sector de incalculável potencial de geração de postos de emprego directo e indirecto. De igual modo, o turismo merecerá atenção particular do Governo, valorizando o potencial turístico do País, melhorando a sua oferta. No domínio da logística portuária e os transportes marítimos, serão implementadas acções com vista a melhorar a eficiência e a qualidade desses serviços. O aumento da contribuição das fontes da energia renováveis terá como o propósito de elevar a capacidade de produção e o acesso à energia, contribuindo para a redução do consumo de combustíveis fósseis da tatura energética.

Contudo, a transição para o crescimento azul necessita, em primeiro lugar, da elaboração de uma Estratégia Nacional para a Promoção do Crescimento Azul que deve dar suporte as intervenções do governo neste domínio numa perspectiva de medio e longo prazo.

Diversificar a economia e alargar as oportunidades de criação de riqueza

Neste domínio, o Governo assume o compromisso de criar condições para valorização dos sectores tradicionais da economia, através da implementação de um conjunto de medidas nos sectores agrícola, pesqueiro e turístico, numa lógica de melhoria da segurança alimentar, exportação de alguns produtos com alto valor acrescentado e redução das importações.

Essas medidas serão acompanhadas com a aceleração das reformas para melhorar o ambiente de negócios e a atratividade do IDE, nomeadamente, através de reforma da justiça, do quadro fiscal para o investimento e o desenvolvimento do sector financeiro.

Sector privado e atracção de investimento

A dimensão do mercado, o nível das infra-estruturas, a fraca poupança interna e a inadequação do sistema de crédito, que caracterizam internamente o ambiente de negócios tem condicionado o desenvolvimento do sector privado e a atracção de novos investimentos.

Por isso, a melhoria sistemática do ambiente de negócios, através do desenvolvimento de infra-estruturas, acesso ao financiamento, aumento da eficiência da administração pública e a estabilidade macroeconómica, impulsionarão as condições de atracção de investimentos, respondendo desta forma à procura de bens e serviços.

Programa: Promoção do sector privado como opção viável para o desenvolvimento da economia nacional

Com este programa pretende-se superar os constrangimentos de que enfrentam o empresariado nacional e contribuir para a criação de um ambiente propício ao surgimento de um sector privado mais forte e competitivo.

Medidas/acções

- Implementação do serviço de apoio ao empreendedor e organização da oferta de serviços, que inclua formação, aconselhamento e informação ao potencial empreendedor;
- Operacionalização da APCI e sua eventual filiação na Associação Mundial das Agências de Promoção de Investimento;
- Seguimento da implementação das recomendações do relatório de "Doing Business"
- Regulamentação códigos de investimento e de benefícios fiscais;

Turismo

As ilhas de São Tomé e Príncipe têm um enorme potencial para o desenvolvimento de atividade turística. Este nível de atratividade já por si só tem impulsionado a chegada de vários visitantes ao País.

De 2010 a 2016, o número de visitantes (turistas e excursionistas) cresceu de 7.963 para 20.154.

O sector do turismo, incluindo alojamento, restauração e similares contribui com 14,8% do PIB e 14,2% dos postos de trabalho.

Apesar de alguns progressos alcançados nos últimos anos, ainda existe insuficiência, legislativas, organizativas, técnicas e infra-estruturais, que impedem o crescimento harmonioso e sustentável do sector, bem como a qualidade de serviço prestado.

Programa: Promoção e valorização do turismo e actividades conexas

Este programa visa adoptar medidas com vista a melhorar a oferta turística, através de atracção de investimento, melhorias das infraestruturas turísticas, do quadro legal e paralelamente a promoção do país no exterior.

Medidas/acções

- Capacitação dos quadros da DGTH;
- Incentivar investimentos turísticos no meio rural;
- Elaboração/atualização das leis que regulem as atividades turísticas hoteleiras e similares;

- Promoção de campanhas de divulgação e de marketing do País;
- Definição e promoção da “Marca São Tomé e Príncipe”;
- Requalificação dos sítios de Interesse turísticos;
- Desenvolvimento do guia de boas práticas para o turismo de STP;
- Melhorar o serviço de informação turística no exterior, mediante o recurso às nossas representações diplomáticas, entidades e emigrantes residentes nos países onde STP não tem representação.

Agricultura e Pecuária

O sector agro-pecuário deve continuar a ser uma componente essencial do crescimento e redução da pobreza rural, por ser fundamental para a criação de emprego, segurança alimentar e fixação das populações rural. Este sector contribui com cerca de 20% do PIB e emprega mais de 60% da população activa. Contudo, depara-se com constrangimentos de ordem legal, infraestrutural, organizacional e de recursos humanos.

Por conseguinte, os esforços serão consentidos no sentido reforçar a capacidade humana, institucional e infraestrutural, através de melhorias de programas e projectos de infraestruturas e organização de formações e estágios adequados.

Programa: Reforço das Capacidades Institucionais do Sector Agrícola

Este programa visa promover a sensibilização, formação e o reforço das capacidades dos actores de desenvolvimento agrícola, particularmente os produtores, suas organizações e os agentes públicos responsáveis pela formulação de políticas.

Medidas/acções

- Reforço da capacidade do sector na recolha e tratamento de dados estatísticos;
- Realização de Recenseamento Geral Agro-Pecuário;
- Formação e capacitação de técnicos no domínio de planificação e avaliação de projetos agrícolas;
- Garantia da assistência técnica aos produtores através de serviços de extensão rural;
- Conclusão do processo de atualização da Lei Fundiária;
- Promoção do associativismo e cooperativismo rural.

Programa: Aumento da produção, produtividade e diversificação agrícola

Este programa visa contribuir para o aumento e a diversificação das culturas de produção alimentar (milho, banana, matabala, mandioca, batata doce, feijão seco, etc), hortícolas, frutícolas e culturas de exportação (cacau, pimenta, café e coqueiros), assim como, a melhoria da qualidade dessa produção, de modo a diversificar a exportação, aumentar o rendimento nacional e reduzir a dependência externa.

Medidas/acções

- Promoção de estruturas de transformação e conservação dos produtos agrícolas;
- Adopção de um sistema integrado de controlo de pragas e doenças;
- Promoção de ações de fortalecimento de cooperativas agrícolas;
- Construção e reabilitação de infraestruturas de apoio à produção agrícola;
- Abastecimento e distribuição de insumos, material e equipamentos agrícolas;
- Prossecução da reabilitação e/ou construção de pistas rurais;
- Produção de sementes melhoradas e material vegetal necessário para o aumento da produção local;
- Fortalecimento do programa de nutrição escolar.

Programa: Aumento e melhoria da qualidade de produção pecuária

A produção pecuária nacional é insuficiente tanto para satisfazer as necessidades de proteína animal da população como, para gerar rendimento para melhorar a qualidade de vida dos criadores. De acordo com as informações disponibilizadas pela Direcção da Pecuária, a produção de carne cobre apenas cerca de 59% das necessidades mínimas dos consumidores, que são de 10 Kg de carne/habitante/ano, segundo as normas da FAO. Este programa visa contribuir para o aumento da produção pecuária familiar, melhoria da dieta alimentar e contribuir para a redução da pobreza no meio rural.

Medidas/acções

- Reforço da capacidade institucional da Direcção de Pecuária;
- Desenvolvimento das estruturas de transformação e conservação dos produtos de origem animal;
- Promoção da pecuária de ciclo curto, nomeadamente, pequenos ruminantes, aves e suínos com destaque para a pecuária familiar;

- Promoção e vulgarização de técnicas de criação de animais integrando combate as parasitoses animais, vacinações e adopção de novos esquemas alimentares;
- Incentivo à organização dos produtores pecuários.

Programa: Conservação e valorização da floresta e biodiversidade

O objectivo deste programa é promover acções que concorram para um ambiente saudável e o uso racional dos recursos da fauna e da flora.

Medidas/ acções

- Combate de forma estruturada e coordenada ao abate ilegal de árvores;
- Actualização da Estratégia Nacional sobre a Biodiversidade;
- Revisão do quadro jurídico e institucional sobre a gestão das florestas;
- Vulgarização e sensibilização da população rural, sobre a necessidade de conservação do meio ambiente, floresta e biodiversidade.

Pescas

O Sector das Pescas contribui com 3% do PIB e emprega cerca de 7 000 pessoas. Os produtos da pesca fornecem cerca de 85% de proteínas animal consumida pela população. A maior parte dessa população dedica-se a pesca de subsistência, cujo rendimento não é suficiente para fazer face as necessidades básicas. O sector dispõe de um potencial importante para o crescimento económico, mas não tem sido devidamente aproveitado devido aos seguintes constrangimentos: a) deficiente abastecimento de mercado com insumos e equipamentos de pescas; b) falta da formação técnica e profissional; c) a lei de pescas e sanitária desactualizada; d) ausência de um porto pesqueiro; e) ausência de um estaleiro naval para a reparação e manutenção de navios de pesca; f) insuficiência de meios de conservação de pescado; g) fraca organização das vendedeiras de peixe fresco; h) falta de formação no domínio de conservação e transformação do pescado; i) ausência de controlo de qualidade de produtos da pesca.

Programa: Aumento e melhoria da qualidade de produção do pescado

O pescado é muito sensível a sofrer deterioração microbiológica e bioquímica quando ao longo da cadeia do valor não é devidamente acondicionado ou processado sem os devidos cuidados de higiene. Este programa tem como objectivo melhorar a qualidade de produção do pescado e a forma como é comercializado no mercado.

Medidas/acções

- Realização de campanhas de sensibilização sobre o manuseamento correto do pescado nos locais de desembarque do pescado;
- Criação de fileiras de conservação e de transformação;
- Instalação de caixas isotérmicas nas comunidades piscatórias que não foram contempladas com unidades de produção de gelo em escama;
- Aquisição de um carro frigorífico para distribuição de gelo às comunidades que não possuem unidades de fabrico de gelo;
- Formação dos inspetores sanitários, tendo em conta os normativos da UE.
- Actualização da Lei Sanitária;
- Aprovisionamento em insumos de pesca, equipamento de navegação e de segurança aos pescadores artesanais;
- Patrulhas conjuntas de fiscalização e controlo das actividades de pesca na ZEE;
- Construção de dispositivo de quebra ondas na praia Gamboa (S. Paulo) para prevenir a erosão costeira e proteção das pirogas;
- Reforço da capacidade do sector na recolha e tratamento de dados estatísticos;
- Instalação de Dispositivos de Concentração de Peixes- DCP com objectivo de concentrar as espécies migratórias e proporcionar aos pescadores uma pesca dirigida.

Comércio e Indústria

Comércio

Apesar do Comércio ser um sector importante e representar cerca de 28% do PIB, enfrenta desafios decorrentes da excessiva informalidade, descapitalização dos agentes, insuficiência da legislação e falta de um mecanismo que garanta a defesa do consumidor. Estes desafios são ainda agravados pela ausência de economia de escala.

Programa: Inserção da economia na sub-região e no sistema comercial multilateral

Este programa visa promover a reorganização do comércio interno, a integração do País na sub-região e no sistema comercial multilateral, de modo a tirar pleno proveito da localização estratégica no Golfo da Guiné e no mundo.

Medidas/acções

- Implementação do quadro integrado reforçado (TIER I)
- Reforço do processo de integração regional ao nível da “CEEAC” e no sistema comercial multilateral;
- Reforço do mecanismo de abastecimento e de seguimento do mercado relativamente aos bens alimentares da primeira necessidade;
- Aceleração do processo de acesso a Organização Mundial do Comércio;
- Formação e capacitação dos quadros técnicos em línguas (francês e inglês);
- Capacitação em formulação, implementação e negociação de políticas comerciais;
- Operacionalização da Comissão Nacional de Negociação Comercial (CNNC);
- Reorganização e formalização das actividades de comércio interno e do Comercio de Serviços;
- Elaboração de um estudo sobre a dimensão do sector informal do Comercio;
- Desconcentração distrital de emissão das licenças de quitandas e afins;

Indústria

O Sector da Indústria enfrenta dificuldades de diversas ordens que vão desde falta de quadro legal adequado, a falta de uma política para a promoção e de incentivos ao sector, escassez de matérias-primas no mercado e ausência de uma economia de escala associado a insularidade e a pequenez do mercado. Por isso, esforços deverão ser envidados no sentido de se eliminar os actuais constrangimentos que afectam o desenvolvimento do sector.

Programa: Dinamização do sector industrial

Este programa visa melhorar o quadro legal e técnico do sector industrial, tornando propício para atracção de investimentos estrangeiros.

Medidas/acções

- Reforço institucional e modernização administrativa da Direção da Indústria
- Promoção e harmonização do sector industrial e a agro-industrial, incluindo a melhoria de infra estruturas;
- Reforço das capacidades das estruturas de apoio e de acompanhamento do sector privado;
- Implementação do protocolo de transferência de actividades para as Camaras Distritais e Regional;
- Desenvolvimento de uma política de marca nacional que seja representativa do país e que concorra para o incremento da economia nacional;
- Criação do Fundo de Fomento Agro-Industrial (FFE) e o seu regulamento.

Programa: Melhoria no Controlo das Actividades Económicas

Medidas/acções

- Atualização da legislação;
- Formação e capacitação do pessoal;
- Aquisição de meios e equipamentos (meios rolantes de luvas, mascaras, botas);
- Descentralização dos serviços de inspeção;
- Criação e gestão de base de dados;

Planeamento e Estatística

A fraca capacidade institucional para a gestão do processo de desenvolvimento, desde a concepção de políticas até a monitorização dos seus efeitos, foi identificada na Agenda de Transformação 2030, como um dos maiores desafios do desenvolvimento do país.

Neste contexto, a reestruturação do Sistema Nacional de Planeamento (SNP), através da implementação da nova Lei de Bases do SNP, impõe-se necessária para clarificar o quadro institucional das competências e aumentar a capacidade de resposta das estruturas de planeamento a todos os níveis central, sectorial, regional e distrital.

A disponibilidade de indicadores de política são aspetos cruciais para que qualquer mecanismo de M&A possa realizar, com sucesso, a sua missão de acompanhar e medir o impacto das políticas. A sua disponibilidade depende da capacidade das instituições incumbentes para disponibilizar atempadamente essas informações.

Uma atenção particular será reservada à organização e capacitação das estruturas técnicas de planeamento e de estatística.

Programa: Melhoria do sistema de informação e orientação de políticas públicas

Este programa tem por objectivo contribuir para melhorar o processo de decisão em matéria de políticas públicas.

Medidas/acções

- Implementação da Lei de Base do Sistema Nacional de Planeamento;
- Reforço da capacidade das unidades da planificação sectorial;
- Reforço de capacitação dos técnicos do INE;
- Elaboração e implementação da estratégia de desenvolvimento estatístico 2018-2021;
- Elaboração do diagnóstico sobre as práticas de gestão do investimento público;
- Elaboração da carteira nacional de projecto e definição de critérios de priorização de projectos de investimento;
- Implementação da SCN-2008;
- Conclusão do inquérito ao orçamento familiar;
- Recenseamento empresarial 2018.

Finanças Públicas

A gestão responsável e transparente das finanças públicas é uma das condições essenciais da boa governação, com influência no crescimento económico e, sobretudo, na afectação de recursos. Neste âmbito, a introdução de boas práticas em matéria de gestão e prestação de contas do erário público tem sido uma das preocupações dos sucessivos governos e dos parceiros de cooperação.

Programa: Melhoria da gestão das finanças públicas

Este programa tem por objetivo consolidar os progressos alcançados no domínio das finanças públicas, nomeadamente na melhoria do quadro legal, a prestação de contas, aperfeiçoamento do sistema de licitações e contratações públicas, do sistema informático, do sistema de colecta de impostos e outras receitas não fiscais; integração dos diferentes serviços e instituições envolvidos na administração de recursos numa plataforma informática única, entre outros.

Medidas/acções:

- Reforço do mecanismo de combate à fraude, contrabando e lavagem de dinheiro;
- Reforço dos mecanismos de preparação, elaboração, aprovação e execução do OGE;
- Apropriação do quadro de despesas de médio prazo, enquanto instrumento de programação financeira das despesas públicas.
- Reforço do mecanismo de controlo da gestão das despesas públicas;
- Actualização da Lei sobre o Sistema de Administração Financeira do Estado;
- Construção de um edifício para Autoridade Tributária.

Programa: Aumento da eficiência e eficácia da gestão fiscal;

- Aprovação da lei do IVA;
- Criação de uma nova aplicação informática de gestão para Direcção dos impostos, numa versão WEB, que permitirá a interactividade com os contribuintes, cruzamento de informações com outros serviços, a declaração de rendimentos via electrónica através de um portal integrado na referida aplicação;
- Reforço das capacidades de arrecadação de impostos e com ganhos de eficiência na administração fiscal.

Administração Pública

O nosso Estado e as nossas instituições são frágeis. Muitas são as áreas em que são necessárias intervenções para que se possa melhorar o seu desempenho, de modo a facilitar a vida dos cidadãos, garantir a segurança e a fiabilidade dos actos administrativos, promover o investimento e garantir o desenvolvimento económico.

Neste sentido, propõe-se que sejam implementadas medidas que visem a eliminação de processos burocráticos, a simplificação legislativa e de procedimentos, com recurso a soluções tecnológicas.

Programa: Desenvolvimento Institucional e Modernização Administrativa

Este programa visa simplificar e desburocratizar a administração pública; profissionalizar e melhorar as condições de trabalho dos funcionários públicos.

Medidas/acções

- Informatização da administração pública;
- Atualização do Estatuto da Função Pública;

- Formação e capacitação dos recursos humanos da Administração Pública.

Infra-estruturas Económicas e Sociais

A competitividade do País é condicionada pela fragilidade de infra-estruturas de base.

Neste contexto, as acções propostas visam criar condições logísticas fundamentais, através de investimentos nas infra-estruturas energéticas, aeroportuárias, rodoviárias e água, com o propósito de diversificar a economia, alargar as oportunidades de criação de riqueza e geração de emprego.

Infra-estruturas de transporte e comunicação

As deficientes condições das infra-estruturas do País, especialmente do porto e aeroporto, dificultam o comércio com o resto do mundo, originando custos elevados de importação e prejudicando a competitividade da economia.

Programa: Modernização e expansão das infra-estruturas de transporte marítimo

A falta de equipamentos adequados à operacionalização portuária, os elevados custos de operações portuárias de cargas e descargas de bens importados e exportados por navios que operam ao largo do porto por causa da pouca profundidade do porto e das limitações dos espaços terrestres para expandir as áreas de operações portuárias, tem constituído um dos factores de bloqueio ao desenvolvimento da competitividade e internacionalização da economia.

Este programa visa contribuir para melhorar as operacionalidades das actividades portuárias.

Medidas/acções

- Aquisição de equipamentos operacionais e de segurança;
- Requalificação da área de estacionamento dos contentores do porto de Ana Chaves;
- Reforma de quadro legal e institucional;
- Reforço da capacidade técnica e operacional do Porto de Ana Chaves;

Programa: Modernização e Expansão Aeroportuária

A modernização dos aeroportos, em particular do aeroporto internacional de São Tomé, constitui um factor essencial para o desenvolvimento do turismo e integração económica regional.

Este programa preconiza criar as condições de acolhimento de aeronaves de maior porte através do aumento das pistas, das placas de estacionamento e do terminal de passageiros do Aeroporto de São Tomé.

Medidas/acções:

- Modernização do aeroporto internacional de São Tomé e Príncipe;
- Melhoria dos serviços de combate ao incêndio, assim como de comunicação e de apoio a navegação;
- Aquisição de equipamentos de segurança e de meios informáticos adequados;
- Melhoria da qualidade dos serviços aos utentes;
- Reforço da capacidade profissional dos técnicos da ENASA, do INAC e da Meteorologia.

Programa: Construção e reabilitação do sistema viário

As infra-estruturas rodoviárias carecem de manutenção, pelo que o estado das estradas, sobretudo das terras batidas continua a ser um dos constrangimentos à competitividade económica e à qualidade de vida dos que habitam no meio rural.

Com este programa preconiza-se melhorar a operacionalidade das estradas, contribuindo assim para a redução dos custos de transporte e criação de condições para a promoção de economia local.

Medidas/ações

- Melhoria da rede viária nacional;
- Manutenção e reparação das redes de estradas;
- Elaboração de estudo para requalificação da marginal (projeto proteção costeira);
- Reforço de capacidade da Direção de Transporte e Portos.

Recursos Naturais, Energia e Meio Ambiente

Em matéria de recursos naturais, o País necessita de aprofundar os conhecimentos sobre as quantidades e qualidades dos recursos existentes, de forma a permitir uma gestão racional destes recursos.

Água

A capacidade de produção de água instalada é considerada insuficiente para o contexto actual do País, a qual se associam importantes perdas técnicas devido ao estado da rede de distribuição, que sendo antiga,

apresenta elevado nível de degradação; agravada pelos desperdícios nos fontenários públicos, onde a água é gratuitamente distribuída.

Programa: Modernização organizacional e administrativa do sector de água e saneamento

Medias/ações:

- Elaboração do Plano Nacional de Saneamento;
- Elaboração e actualização do quadro legislativo e regulamentar de água e hidrologia;
- Reforço do sistema de informação do sector de água e saneamento;
- Formação em gestão dos recursos hídricos;
- Capacitação de agentes comunitários, líderes comunitários e agentes distritais de saúde no domínio de água e saneamento.

Programa: Reabilitação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água

Este programa visa a reabilitação das infra-estruturas de captação, tratamento e distribuição de água para todos os usos, inclusive a operacionalização dos sistemas de irrigação.

Medidas/ações:

- Assegurar acesso durável à água potável no meio rural e no meio urbano;
- Execução do Projecto de Reabilitação e Extensão do Sistema de Abastecimento de Água de Santana e arredores;
- Manutenção das Estações Hidrométricas;
- Criação de comité de bacias hidrográficas;
- Elaboração um plano para a construção e/ou reabilitação dos sistemas de abastecimento de água (todas as utilizações).
- Promover a utilização racional dos recursos hídricos;
- Reabilitação das redes de abastecimento, transportes e distribuição de água;
- Construir barragens e represas nas zonas agrícolas de maior escassez de água;
- Proceder a actualização e monitoramento dos dados e indicadores da estratégia participativa para água e saneamento, 2030.

Energia

O fornecimento seguro da energia eléctrica desempenha um papel importante no progresso das actividades económicas.

Com início em 2016 do Projeto de Recuperação do Sector de Energia, o sector eléctrico vem beneficiando de investimento para o aumento da fiabilidade na geração, transmissão e distribuição da electricidade, o que tem permitido redução das perdas e extensão da cobertura da rede às zonas rurais.

Programa: Provisão de energias fiável e de baixo custo

Este programa visa aumentar a capacidade produção, a eficiência energética e reduzir o custo de importação de combustível.

Medidas/ações

- Fornecimento de energia eléctrica as comunidades rurais;
- Reabilitação e extensão da rede de baixa e média tensão;
- Aumento da capacidade de produção e distribuição de energia;
- Aumento da eficiência energética;
- Elaboração do Plano Director de Energia;
- Incentivo à produção de energia hídrica e solar;
- Reforço das capacidades de gestão da EMAE, dando prioridades aos serviços de manutenção técnica.

Meio Ambiente

Os impactos das alterações climáticas, entre os quais, o aumento da erosão costeira, a alteração dos padrões de precipitação e dos caudais dos rios, geram situações de risco que podem comprometer os esforços de desenvolvimento.

Programa: Promoção de um ambiente saudável e de utilização racional de recursos naturais

A vulnerabilidade e a fragilidade dos ecossistemas e das áreas costeiras impõem a necessidade de uma utilização racional do espaço, sobretudo quando se tornam cada dia mais visíveis os efeitos negativos da pressão humana, tanto sobre o espaço físico, como sobre os recursos naturais neles existentes.

Medidas/acções:

- Reforço da capacidade das instituições ambientais;
- Implementação do plano de gestão dos parques naturais Ôbo de São Tomé e do Príncipe;
- Realização de campanhas de informação, educação e sensibilização.

Saneamento

As condições de saneamento de básico apresentam globalmente melhorias em todos os meios, apesar de ainda permanecer em níveis bastante alarmantes. As principais causas do deficiente saneamento básico foram identificadas como sendo a insuficiência de infraestruturas, insuficientes campanhas de informação e pouca disponibilidade de água.

Programa: Aumento e melhoria de acesso ao saneamento básico

- Reabilitação das redes de esgotos para a evacuação das águas pluviais na cidade de São Tomé e Príncipe e construir novas redes;
 - Sensibilização da população para as boas práticas de higiene, saneamento com impacto na saúde;
 - Construção ou reabilitação de infraestruturas de saneamento básico;
 - Reforço da capacidade de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos;
 - Realização de obras de saneamento básico nas comunidades devidamente identificadas;
 - Manutenção limpeza e saneamento de canais.
- Realização de campanhas de educação e sensibilização sobre as boas práticas de conservação e manutenção das infraestruturas de abastecimento de água.

Obras Públicas e Urbanismo e Ordenamento do Território

O controlo da ocupação do solo e a investigação de novos materiais de construção, com destaque para os materiais locais de baixo custo, constituem as premissas fundamentais para o desenvolvimento do sector. Por isso, são propostos os seguintes programas e medidas:

Programa: Reforço de capacidade institucional dos Serviços de Obras Públicas e Urbanismo

- Regulamentação geral de construções e habitações urbanas de São Tomé e Príncipe;
- Reforço de capacidade de fiscalização e controlo das obras;
- Capacitação dos recursos humanos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Programa: Reforço de capacidade dos Serviços de Ordenamento do Território

- Atualização da cartografia nacional e a elaboração do Plano Nacional de Ordenamento do Território;
- Capacitação de quadros dos Serviços Geográficos e Cadastrais;
- Criação do Sistema de Informação Geográfica (SIG);

Justiça

O sistema judicial enfrenta desafios decorrentes de falta de meios, fragilidade dos mecanismos de controlo interno e da avaliação, que condicionam a qualidade dos serviços prestados e a confiança dos cidadãos nas instituições da justiça.

Programa: Modernização, credibilização e melhoria da acessibilidade da Justiça

Este programa visa reforçar a capacidade de atuação dos serviços, através da desburocratização e credibilização dos atores da justiça.

Medidas/acções:

- Formação e capacitação dos Magistrados e dos agentes e funcionários da justiça;
- Criação de um serviço de Inspeção;
- Reforma legislativa e atualização dos diplomas;
- Adopção de mecanismos legais de resolução de conflitos extrajudicial,
- Informatização e integração dos Tribunais MP DGRN e PJ
- Informatização e digitalização dos serviços gerais do Registos e Notariados;
- Criação da Direção de Política da Justiça e Direção da Administração da Justiça;
- Criação de um Gabinete de Informação e Assistência Jurídica;
- Descentralização e criação de secções especializadas;
- Criação do Tribunal de Relação.

Programa: Prevenção e combate à delinquência e à criminalidade

Este programa tem como objetivo reforçar os mecanismos de prevenção e combate as causas da criminalidade, melhorar a investigação criminal, garantir a punição e combate da criminalidade, e o acompanhamento das vítimas.

Medidas/acções

- Criação da Polícia Judiciária;
- Criar e implementar programas de inserção social dos reclusos;
- Reforço da capacidade Institucional do Centro de Apoio Contra Violência Doméstica;
- Construção e apetrecho de um Centro de Acolhimento das Mulheres vítimas de violência;
- Prossecução da campanha nacional de combate a droga;
- Elaboração do plano estratégico nacional de combate ao tráfico e consumo de droga.

Programa: Promoção dos Direitos Humanos, Cidadania e Protecção dos Menores

- Criação e institucionalização da Comissão Nacional dos Direitos Humanos;
- Implementação de política nacional de protecção de menores;
- Transposição para o direito interno das normas constantes das Convenções Internacionais ratificadas pelo País.
- Adesão, ratificação e implementação das convenções internacionais sobre direitos humanos, combate e prevenção a criminalidade, informação e sensibilização sobre a promoção dos direitos humanos e da cidadania.

b) Eixo II- Aposta na coesão social e na credibilização externa de São Tomé e Príncipe**Valorizar o capital humano e reforçar a boa governação****Educação e Formação**

O desenvolvimento do capital humano através da melhoria qualitativa e quantitativa do ensino a todos os níveis é fundamental para fazer face aos desafios do desenvolvimento sustentado, com efeitos multiplicadores para outros domínios do desenvolvimento.

A percepção de que a educação constitui um factor importante de mudança social global é unânime na sociedade são-tomense; sendo assim, o Governo de São Tomé e Príncipe, através do Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação, ambiciona como meta, para o sector educativo, proporcionar uma educação e formação de qualidade para todos os são-tomenses.

Progressos notáveis foram alcançados no sector da educação nos últimos anos, particularmente nos domínios do acesso e da equidade. Todavia, muito falta fazer nos domínios da eficiência e qualidade do ensino, da gestão escolar e da formação do corpo docente.

A fraca capacidade da oferta escolar, qualificação do corpo docente e a disparidade em termos de localização geográfica dos estabelecimentos do Ensino Secundário, bem como insuficiência de transportes escolares fazem com que muitas crianças não têm acesso ao nível secundário, o que constitui grande desafio para o Ministério da Educação.

O Ensino Técnico-profissional é pouco desenvolvido em STP. Portanto, o País é confrontado com graves problemas de mão-de-obra especializada. Dotar STP de recursos humanos capacitados com padrões aceitáveis de conhecimentos científicos e tecnológicos capazes de responder às exigências de uma economia moderna, projectando o País como “*país de serviços*”, ainda constitui o principal desafio do Governo para este sector.

Programa: Melhoria do acesso, equidade e qualidade no sistema da educação e da formação

O programa tem como foco garantir que todos os distritos tenham o ensino Pré-escolar, Básico e Secundário, com professores devidamente capacitados; escola com uma biblioteca, um refeitório, uma sala dos professores, Gabinetes de direcção, um Gabinete de Gestão, um arquivo, sala de reunião, um gabinete médico, sala de exposição, secretaria, reprografia, auditório, salas de informática, espaço desportivo, salas de aula e casas de banho devidamente apetrechadas e adaptadas inclusive para crianças com NE³s e NEE⁴s.

Medidas/acções

- Construção, reabilitação, adaptação e apetrechamento das escolas de todos os níveis de ensino;
- Aumentar o sucesso escolar através da revisão curricular do Ensino Básico e a produção de manuais escolares para todos os níveis de ensino do País;
- Capacitar os docentes e gestores escolares;
- Promover um Programa de avaliação de qualidade das escolas de STP;
- Promover um Programa Nacional adequado de alimentação escolar;
- Promover a educação de jovens e adultos em articulação com as actividades geradoras de rendimento;
- Promoção do ensino especial nas escolas;
- Promover o desporto escolar.

³ Necessidades Especiais

⁴ Necessidades Educativas Especiais

Programa: Acelerar o Desempenho Educativo

O programa tem como foco principal os alunos, através de intervenção de políticas educacionais como forma de melhorar o desempenho escolar, administração escolar, eficiência e eficácia do sistema educativo e diminuir os índices de reprovação e abandono escolar.

Medidas/acções

- Melhorar a Gestão Escolar e o Planeamento;
- Melhorar o sistema de avaliação das aprendizagens e do sistema do ensino;
- Criar de um Instituto de Avaliação e Acreditação Educacional: um Gabinete de Acreditação, Avaliação e Inspeção do Ensino Superior; uma Direcção de Acreditação e Avaliação Educacional, assim como o quadro legislativo e regulamentar das direcções;
- Valorizar, profissionalizar e premiar o corpo docente e não docente;
- Criar/implementar o fundo da família educativa.
- Desenvolver o ambiente escolar propício e estimulante ao aprendizado;
- Envolver os pais e encarregados de educação na participação da vida escolar.
- Desenvolver a “Educação Empreendedora” no sistema educativo;
- Criar um sistema de monitorização de gestão de programas/projectos e atividades do MECCC.

Programa: Ensino Técnico e Profissional

O programa Ensino Técnico e Profissional (ETP) tem como finalidade dar resposta aos inúmeros desafios na área de formação e profissionalização dos quadros técnicos do País.

Medidas/acções

- Adequar o currículo às novas exigências actuais;
- Aumentar e diversificar a oferta de formação profissional e com qualidade: cursos de Técnico de Turismo, Técnico de Recursos Florestais e Ambientais.
- Reforçar a capacidade de instituições que lidam com a formação profissional.

Programa: Reforço da capacidade institucional da comunidade educativa

O programa reforço da capacidade institucional da comunidade educativa almeja a melhoria da qualidade no sistema de ensino, para isso existe toda a necessidade de se consolidar um sistema de formação em serviço aos quadros do Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação (MECCC) com a finalidade de dar resposta aos inúmeros desafios que o referido ministério pretende ultrapassar nos próximos anos.

Medidas/acções

- Realizar acções de formação de todo o pessoal docente e não docente, gestores, inspectores e supervisores.
- Criar estrutura de formação contínua e inicial, assim como o quadro legislativo e regulamentar.

Programa: Programa Escola em Rede

O Programa Escola em Rede surge com vista a adoptar a Tecnologia de Informação e Comunicação como ferramenta estratégica para buscar o alto desempenho do sistema educativo (eficiência, eficácia e inovação), formando Recursos Humanos e equipando todas as escolas com Tecnologia de Informação e Comunicação.

Medidas/acções

- Melhorar o acesso de *Internet* aos diferentes níveis de Ensino;
- Expandir o uso das Tecnologia de Informação e Comunicação e do Sistema Integrado de Gestão Escolar aos diferentes níveis de ensino.

Programa: Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior e Ciência

O Ensino Superior é uma área que ainda carece de uma intervenção no que concerne à qualidade, especialização e expansão. Entretanto, é necessário harmonizar a ciência e a «excelência», promovendo o nascimento de investigadores e um sistema de ciência e tecnologia.

Medidas/Acções

- Melhorar a capacidade docente da Universidade STP;
- Criação do Gabinete de Acreditação, Avaliação e Inspeção, assim como o quadro legislativo e regulamentar do ensino do superior;
- Promover cursos de especialização, mestrado e doutoramento de acordo com as reais necessidades reais do País;
- Criação de uma base de dados de quadros formados em São Tomé e Príncipe e no estrangeiros e propor áreas prioritárias de formação;

- Criar estrutura para integração e dinamização do Sistema de Gestão de bolsas de estudo (SINAB).

Programa: Valorização e preservação da identidade histórico-cultural de STP

A cultura é um elemento de coesão, de desenvolvimento social e económico.

São Tomé e Príncipe possui um património histórico-cultural rico e diversificado, que necessita ser conhecido, valorizado e preservado. Neste sentido, o Governo pretende adoptar programas e medidas de políticas que garantam a afirmação da identidade cultural e a preservação desse mesmo património histórico-cultural;

É, pois, um programa que consiste no reforço da identidade cultural, visando contribuir para a valorização da cultura através da implementação de estratégias que permitam responder às reais necessidades de salvaguarda desta herança, como pertença do povo são-tomense, com vista ao fomento da paz, promoção de valores altruístas, produção de rendas familiares e fortalecimento da economia nacional.

Medidas/acções:

Definição e inventariação do património cultural nacional em estreita colaboração com as Câmaras Distritais e com a Região Autónoma do Príncipe;

- Promover a cultura nacional
- Resgatar os valores ético-morais, através do reforço da identidade cultural nacional;
- Divulgação e expansão dos costumes, tradições e valores nacionais nos estabelecimentos do ensino;

Saúde

Apesar dos ganhos verificados em alguns indicadores de saúde, nomeadamente, a saúde materna, a mortalidade infantil, redução e controlo em algumas doenças, acesso aos serviços básicos de saúde, ainda subsistem desafios relativamente a qualidade dos serviços.

Programa Equidade no acesso e na utilização de cuidados de saúde e viabilidade do sistema sanitário

Este programa pretende melhorar a utilização e equidade no acesso aos serviços de cuidado de saúde, tanto na componente preventiva como curativa, através de instalação de novos serviços, aquisição de materiais e equipamentos e capacitação do pessoal.

Medidas/acções

- Requalificação e apetrechamento dos hospitais, centros de saúde e postos sanitários;
- Reforço de capacidades dos recursos humanos do sistema nacional de saúde;
- Melhoria da qualidade dos serviços de atendimento de modo a reduzir o tempo de espera nos hospitais;
- Gestão eficaz do funcionamento da Central de Compras de medicamentos;
- Aquisição de ambulâncias equipadas.

Comunicação Social

O Governo pretende que os cidadãos são-tomenses tenham acesso a várias fontes de informação, capaz de melhorar a participação cívica, reforçar a coesão social e contribuir para um envolvimento cada vez mais profícuo no processo de Desenvolvimento Nacional. Com esse propósito, o Governo empenhar em 2018 para que haja uma cobertura radiofónica e televisiva cada vez mais abrangente e com melhor qualidade, que possa ser captado por um maior número possível de cidadãos.

Medidas/acções:

- Melhoria do quadro legislativo e regulamentar para o exercício da profissão jornalística;
- Reforço das capacidades institucionais dos órgãos de comunicação social pública;
- Incentivar a criação de órgãos de comunicação social privados;
- Criação e dinamização dos programas culturais, educativos e de divulgação da ciência e tecnologia;
- Aumentar a capacidade de promoção de conteúdos pelos órgãos de comunicação social;
- Reforço da capacidade técnica dos órgãos de comunicação social e melhoria de sua cobertura nacional.

Juventude e Desporto

A juventude é uma fonte de energia, ideias e capacidade de acção, o que faz deste estrato que representa 38% da população, o mais importante recurso para o desenvolvimento do País.

O desporto é um dos factores de coesão e integração social, na medida em que o mesmo permite uma melhor qualidade de vida.

Programa: Promoção da juventude

Este programa visa contribuir para a capacitação da juventude para o mercado de trabalho, como condição fundamental para assegurar a sua participação no processo de desenvolvimento do País.

Medidas/ações:

- Revisão da Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Juventude;
- Formação e capacitação dos jovens;
- Promoção do associativismo e voluntariado;
- Apoio Institucional ao Conselho Nacional da Juventude (CNJ);
- Criação de Praças e Centros Digitais, e Centros de Interação Jovem.

Programa: Promoção e valorização do desporto nacional

O programa visa desenvolver o desporto ao nível nacional através de aposta na formação tanto dos jovens como dos técnicos dos sectores da juventude e do desporto, na criação e melhoramento das infra-estruturas juvenis e desportivas, apoiando técnica e financeiramente as associações juvenis, federações e clubes desportivos.

Medidas/ações

- Apoio ao desporto escolar;
- Apoio as instituições desportivas;
- Formação dos quadros do desporto;
- Participação de São tome e Príncipe nas competições internacionais;
- Melhoria das infra-estruturas desportivas.

Empreendedorismo

O empreendedorismo é um fator determinante para o crescimento económico e para a criação de emprego. A promoção do autoemprego e da microempresa justifica-se pela potencial criação de emprego, e pela sua inserção num processo estruturado e de desenvolvimento moderno do País.

Programa: Promoção do empreendedorismo e do autoemprego

Este programa contribui para a promoção do autoemprego e microempresas, particularmente nas zonas rurais e periurbanas, através de incentivo ao surgimento de talentos e libertação de energias criativas.

Medidas/ações

- Formação de jovens em empreendedorismo;
- Criação e implementação de incubadora de projetos;
- Criação de um fundo para financiamento de projetos dos jovens e mulheres;
- Desenvolvimento estratégia de micro-finanças.

Emprego e assuntos sociais

As medidas de políticas consubstanciadas nos instrumentos de políticas nacionais têm por objetivo eliminar a pobreza e melhorar as condições de vida da população, através de programas para a promoção do emprego e apoio à integração social, com particular realce para os mais vulneráveis.

Programa: Proteção social e solidariedade

Este programa contribuirá para a implementação de um Sistema Nacional de Protecção Social que proteja de forma efectiva todos os são-tomenses vulneráveis contra os efeitos negativos dos riscos e vulnerabilidades originários de choques externos ou internos ou inerentes ao ciclo de vida, em especial os são-tomenses mais pobres e vulneráveis como as crianças.

Medidas/ações

- Atribuição de Subsídios aos Idosos;
- Fornecimento de prato quente;
- Apoio aos sinistrados por incêndio, catástrofes naturais, desabamento por velhice e outras situações a nível habitacional;
- Apoio às ONG e Instituições de Solidariedade Social;
- Apoio as pessoas com Deficiência;
- Operacionalização do conselho nacional de proteção social;
- Formação e capacitação dos técnicos nas áreas de ação social.

Trabalho, emprego e formação profissional

Promover a empregabilidade e o acesso ao trabalho seguro e digno particularmente entre grupos susceptíveis de não participar no mercado de trabalho como os jovens, as mulheres e as pessoas portadoras de deficiência e eliminar o trabalho infantil está entre as prioridades do XVI Governo.

Programa: Promoção de emprego e formação profissional

Este programa pretende responder às reais necessidades de procura de emprego e de formação profissional e reforçar as capacidades da Direção da Inspeção-geral do Trabalho de modo a assegurar o cumprimento das disposições legais relativas às condições de trabalho e ao sistema de proteção e manutenção dos trabalhadores.

Medidas e política:

- Implementar o II Programa do País para o Trabalho Digno (2018-2021);
- Elaborar e adoptar diplomas de regulamentação de determinadas áreas de trabalho (trabalho agrícola, a bordo, doméstico, etc);
- Formar e capacitar técnicos do serviço das relações de trabalho em normas e conciliação laboral;
- Descentralizar os serviços da DTEFP nos Distritos;
- Reforço de capacidade institucional da Inspeção Geral do Trabalho,
- Operacionalizar o Observatório de Emprego e Formação Profissional;
- Construir uma base de dados de estatística nacional sobre emprego, desemprego e formação profissional;
- Regulamentar a formação técnico profissional
- Desenvolver e Implementar um programa de capacitação e de estágio profissional nas empresas;
- Descentralizar ações de formação às autarquias e assegurar a sua relevância para os mercados de trabalho locais;
- Estabelecer parceria com o sector de educação objectivando maior articulação e visibilidade dos programas de formação profissional ou densificação do sistema de formação profissional;
- Adequar a formação profissional às necessidades de actividade económica e oportunidades de emprego.

Segurança Social

O Instituto Nacional de Segurança Social, tem por missão é gerir o regime contributivo da Segurança Social de acordo com a **Lei n.º 1/90** (Lei da Segurança Social) e a **Lei n.º 7/2004** (Lei de Enquadramento da Proteção Social) e adoptar medidas complementares que assegura os regimes da proteção social obrigatória.

Medidas e política:

- Atualização da pensão mínima;
- Criação do Departamento de Inspeção para fiscalizar e assegurar os direitos dos trabalhadores;
- Requalificação do atendimento Front-office, e organização de todo o arquivo;
- Auditoria às reformas mais avultadas;
- Aplicação de fundo de Segurança Social através de depósito;
- Alteração das reformas legislativa.

Política externa e cooperação internacional

Tendo em conta a fragilidade dos sistemas tributários e o baixo nível de crescimento económico registados nos últimos anos, a política externa desempenha um papel importante no processo de desenvolvimento através de mobilização de recursos.

Ainda no contexto das relações externas, a atuação do País nas organizações internacionais será norteadada pela defesa dos princípios da manutenção da paz e da segurança, o respeito pelo direito internacional, a defesa dos valores democráticos e os direitos humanos.

Programa: Consolidação da cooperação internacional

Medidas/ações:

- a) Fortalecimento das relações com os países parceiros tradicionais, como Portugal, Nigéria, Angola e os Estados membros da CPLP;
- b) Aprofundamento das relações de cooperação com a República Popular da China, um poder económico de classe mundial e um importante ator no desenvolvimento de infra-estrutura em África;
- c) Estabelecimento e o fortalecimento de vínculos de cooperação com os principais países europeus fornecedores de APD, e com países africanos com experiências de desenvolvimento bem-sucedidas;
- d) Implementar uma política ativa de mobilização da ajuda internacional;

- e) Assegurar a necessária coordenação da gestão da ajuda externa, garantindo-lhe maior transparência e eficácia;
- f) Diversificar as fontes de financiamento, as parcerias e as modalidades de execução;
- g) Intensificar a cooperação com os países africanos, sobretudo com os países africanos de língua oficial portuguesa;
- h) Estreitar a ligação às comunidades são-tomenses e a valorização da diáspora santomense.

Programa: Preservação da soberania nacional

Medidas/acções:

- a) Promoção da paz, a segurança, a estabilidade e a solidariedade internacional, bem como a integração regional e sub-regional;
- b) Intensificar a implementação dos diversos programas para fortalecimento da segurança pública e da defesa nacional;
- c) Participar ativamente nos projetos e programas do Centro Inter-regional de Coordenação para Combate à Pirataria Marítima no Golfo da Guiné, o que contribui para a preservação da soberania e segurança nacional no mar;
- d) Melhorar as parcerias intra-africanas, particularmente a nível da Comunidade Económica dos Estados de África Central (CEEAC).

Defesa e Mar e Administração Interna.

As Forças Armadas de São Tomé e Príncipe têm um papel fundamental na garantia da defesa e segurança do Território Nacional, face aos novos desafios que a globalização impõe às pequenas nações insulares. Neste sentido, serão implementadas ações de fortalecimento da segurança pública e da defesa nacional. Ao mesmo tempo, o País continuará a participar ativamente nos projetos e programas do Centro Inter-regional de Coordenação para Combate à Pirataria Marítima no Golfo da Guiné, o que contribui para a preservação da soberania e segurança nacional no mar.

Programa: Melhoria das capacidades do pessoal, infra-estrutura e equipamentos da PN e dos Serviços de Segurança

Medidas/acções

- Formação de quadros ao nível interno e externo;
- Promoção do ensino de línguas;
- Dotar os serviços de meios rolantes e materiais;
- Aquisição de fardamentos e equipamentos;
- Reabilitação de S. Miguel e S. Nicolau;
- Reforço da capacidade de patrulhamento e Operações de Busca e Salvamento;
- Ampliação e reabilitação da Enfermaria Militar;
- Acções de patrulhas de longo curso;

Reforço da capacidade dos serviços de fiscalização das praias